

**POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE EM MINAS
GERAIS: A APOSTA ESTRATÉGICA NOS JOVENS
MINEIROS**

Eder Sá Alves Campos
Tadeu Barreto Guimarães

POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE EM MINAS GERAIS: A APOSTA ESTRATÉGICA NOS JOVENS MINEIROS

Eder Sá Alves Campos
Tadeu Barreto Guimarães

RESUMO

Apresenta a estratégia do Governo do Estado de Minas Gerais na Área de Resultados Protagonismo Juvenil, inserida no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2007-2023 e no modelo de gestão denominado Estado para Resultados – segunda geração do Choque de Gestão. Antes de entrar na descrição das políticas públicas, faz-se uma breve contextualização da Área de Resultados Protagonismo Juvenil, elencando os principais desafios vislumbrados e os objetivos almejados. A estratégia para o alcance desses objetivos está calcada em três políticas inovadoras: Poupança Jovem, Programa de Educação Profissional (PEP) e PlugMinas. O Poupança Jovem consiste na aposta de formação de ativos para o jovem migrar para a vida adulta, incluindo aí uma poupança financeira de R\$1 mil ao ano, consolidando R\$3 mil que poderão ser utilizados pelos alunos ao final do ensino médio. É uma política sob a gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), que padeceu de uma implementação adaptativa, uma vez que o arranjo para sua execução foi sendo alterado conforme os aprendizados vivenciados no processo de implementação. Atualmente consiste em uma política co-gerida pelos governos locais. O PEP é uma política inovadora de expansão do ensino profissionalizante por meio da aquisição de vagas no mercado. Consiste em uma estratégia emergente da Secretaria de Estado de Educação (SEE), de rápida implementação. O PlugMinas, por sua vez, é uma aposta na formação diferenciada dos jovens por meio da cultura digital. Esse projeto está sob gestão da Secretaria de Estado de Cultura (SEC) e, dentre as políticas abordadas, é a que apresenta menor nível de implementação até o momento, devido à gradual maturação de sua concepção teórica. A ideia do PlugMinas é a construção de um espaço diferenciado para a formação do jovem tendo a cultura digital como pilar do processo de ensino-aprendizagem. Apresenta-se para cada uma das políticas públicas abordadas sua origem na estratégia, seu marco legal, bem como são descritas sua concepção e processo de implementação, que se caracterizam pelos distintos arranjos e interações entre Mercado, Governo e Terceiro Setor. Enquanto o PEP se apresenta como uma lógica típica da parceria público-privada, em que o Mercado presta o Serviço e o Governo exerce a regulação, o Poupança Jovem é uma política governamental, em sua essência, sendo executada pelo Estado em parceria com os Municípios. Já o PlugMinas é uma política viabilizada por meio da orquestração da Sociedade Civil Organizada, a ação do Estado em parceria com Instituições Não-Governamentais.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	3
2 A CONCEPÇÃO DA ÁREA DE RESULTADOS PROTAGONISMO JUVENIL.....	4
3 POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE EM MINAS GERAIS.....	8
3.1 Poupança Jovem.....	8
3.2 Programa de Educação Profissional (PEP).....	14
3.3 PlugMinas: Centro de Formação e Experimentação Digital.....	16
4 A INTER-RELAÇÃO DOS PROGRAMAS NO ESPECTRO PÚBLICO-PRIVADO.....	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
6 REFERÊNCIAS.....	24

1 INTRODUÇÃO

O Governo de Minas Gerais, por meio de seu planejamento estratégico, Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2007-2023, apontou à sociedade mineira a aposta na juventude do Estado, como caminho para transformação de sua realidade sócio-econômica. Alinhado à visão estratégica e ao planejamento de longo prazo do Estado, a carteira de Projetos Estruturadores do Governo de Minas foi revisada em 2007, sendo consolidada no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2008-2011.

Como parte da carteira de Projetos Estruturadores de Minas Gerais, a aposta nos jovens protagonistas se concretizou em três projetos principais¹: Poupança Jovem, Programa de Educação Profissional (PEP) e o PlugMinas².

O presente trabalho tem como objetivo esboçar as diretrizes estratégicas que fizeram da juventude uma grande aposta para o desenvolvimento do Estado, e apresentar a implementação em andamento dos três projetos dessa Área de Resultados.

Para cumprir essa proposta, além dessa introdução, descreve-se na sessão seguinte a Área de Resultados Protagonismo Juvenil, retratada no PMDI 2007-2023. Na sessão 3, apresentam-se as 3 políticas públicas com foco na juventude, elencando seu marco legal, o marco lógico intuitivo desses Projetos Estruturadores, bem como aponta-se os desafios presentes em sua implementação. Por fim, a sessão 4 faz breves análises contextuais da inter-relação desses programas, retratando a amplitude da lógica de ação do governo mineiro, que percorre o espectro público-privado, ilustrado na perspectiva dessas três políticas públicas inovadoras, e a sessão 5 traz as considerações finais.

¹ Na Área de Protagonismo Juvenil ainda há um quarto Projeto Estruturador, Minas Olímpica, que não será apresentado devido ao seu escopo que tem público-alvo mais amplo que a faixa de 15 a 24 anos, recorte feito pelo presente trabalho.

² A nomenclatura legal desse projeto é Centro da Juventude de Minas Gerais, mas sua marca de Governo é PlugMinas.

2 A CONCEPÇÃO DA ÁREA DE RESULTADOS PROTAGONISMO JUVENIL

O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2007-2023 busca alinhar a atuação do Governo em Áreas de Resultados, apresentadas no seu Mapa Estratégico (Figura 1). Segundo essa concepção, caberá ao Governo atuar com foco nos destinatários das políticas públicas, base do mapa, de modo a concentrar seus melhores esforços em cada uma das 13 Áreas de Resultados para a transformação da realidade mineira.

A busca da visão de futuro do Estado, “Tornar Minas o melhor Estado para se Viver”, apresentada no topo do Mapa Estratégico, é materializada nos resultados esperados em cada uma das Áreas de Resultados, que contém um quadro de resultados finalísticos – indicadores com metas para 2011 e 2023.



Figura 1 – Mapa Estratégico de Minas Gerais com destaque para Área de Protagonismo Juvenil
Fonte: MINAS GERAIS, PMDI 2007-2023

A Área de Resultados Protagonismo Juvenil surge da aposta estratégica de Minas Gerais nos seus jovens, uma vez que esses apresentam a capacidade de transformação sustentável da realidade sócio-econômica do Estado³. Essa aposta justifica-se segundo a tendência demográfica de Minas Gerais e como apontado no

³ Essa premissa advém da ideia de que os jovens de hoje serão os chefes de família amanhã. Portanto, a quebra da pobreza intergeracional, por exemplo, depende substancialmente, da empregabilidade desse jovem no futuro próximo.

PMDI, “ocorrerá, nos próximos anos, uma situação de forte aumento da PEA, propiciando uma janela de oportunidade para o desenvolvimento econômico mineiro” (MINAS GERAIS, 2007a, p. 30).

Essa tendência de aumento da População Economicamente Ativa (PEA) pode ser visualizada nos Gráfico 1, 2 e 3, que representam a pirâmide etária para o Estado, no passado recente (2001), atualmente (2007) e no cenário de longo prazo (2023), respectivamente. Nos Gráficos, a redução das crianças (0 a 14 anos) e dos jovens (15 a 24 anos) vem ocorrendo desde o passado recente e tende a se acentuar a longo prazo.

Desta maneira, a janela de oportunidade se apresenta, na medida em que iniciativas de ampliação do capital humano dos jovens⁴ no presente garantirão uma PEA com maior produtividade, bem como um Estado mais atrativo, dado a qualificação de sua mão-de-obra, além dos avanços desejados na equidade e desenvolvimento social.

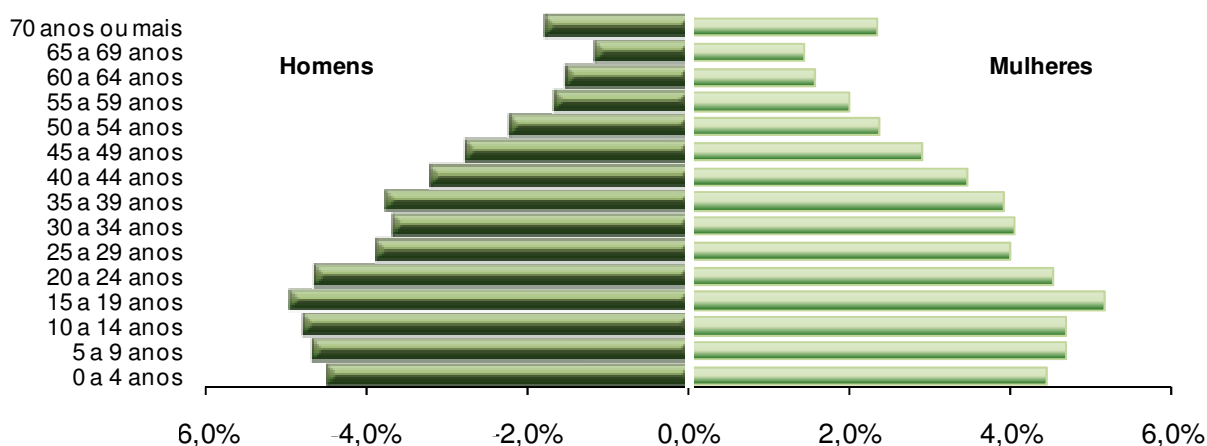


Gráfico 1 – Pirâmide etária Minas Gerais – 2001
Fonte: IBGE – PNAD

⁴ Deve-se destacar que o recorte do artigo na Área Protagonismo Juvenil, não representa inexistência de planejamento e aposta nas demais Áreas de Resultados. Ao contrário, a esperada sinergia entre as Áreas de Resultados, faz com que a ação na Área de Educação de Qualidade, que em a meta de 100% dos alunos lendo aos 8 anos, representará um grande avanço no capital humano do Estado e terá repercussões positivas para a formação dos futuros jovens.

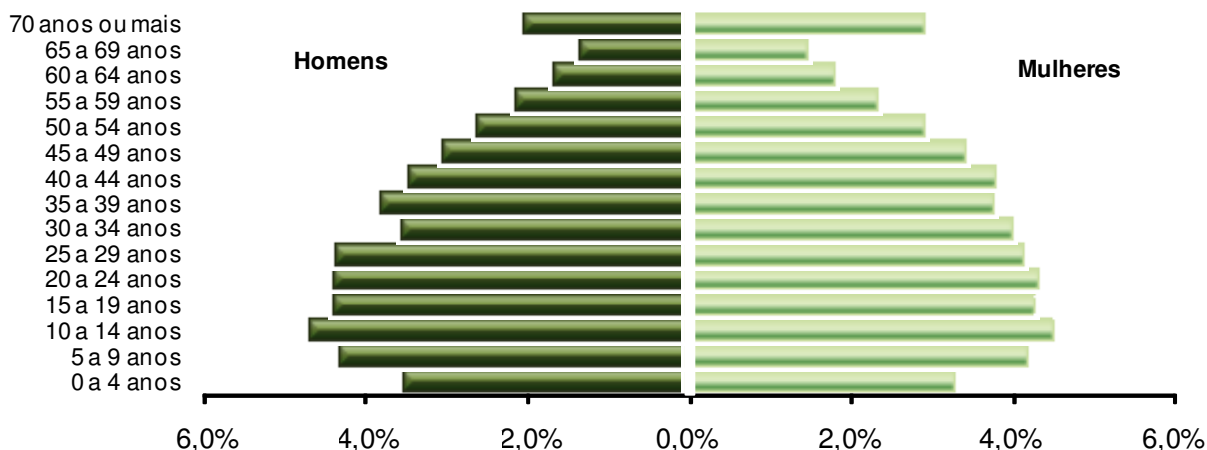


Gráfico 2 – Pirâmide etária Minas Gerais – 2007

Fonte: IBGE – PNAD

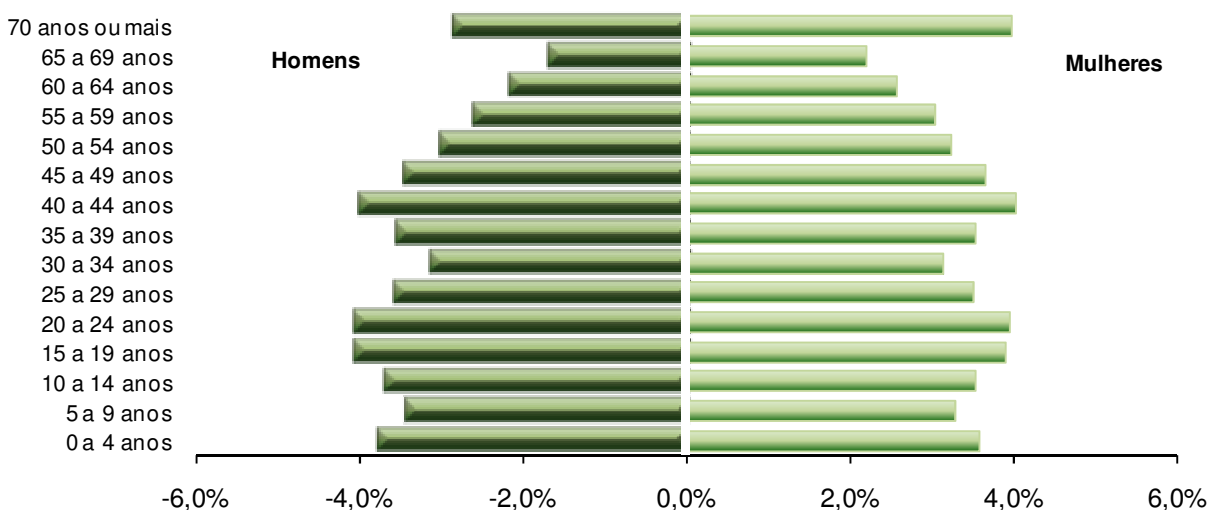


Gráfico 3 – Pirâmide etária Minas Gerais (projeção 2023) – 2007

Fonte: Projeções Populacionais Cedeplar/UFMG

Justificada sucintamente a importância da Área de Resultados Protagonismo Juvenil, destaca-se sua atual estruturação. Partindo do desafio de que “é necessária a preparação destes [jovens] para a inserção no mercado de trabalho de forma autônoma, emancipatória e com nível de qualificação adequado” (PMDI, 2007, p.30), quatro objetivos estratégicos, buscam representar esse desafio:

- Promover a capacidade realizadora e a contribuição social dos jovens mineiros;
- Mobilizar a sociedade civil para a realização das ações de protagonismo juvenil;
- Reduzir a evasão escolar no Ensino Médio;
- Prevenir a violência, o uso de drogas, as doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez precoce.

A diretriz fundamental é a de que os jovens devem ser protagonistas do seu próprio futuro. Essa diretriz pode ser vista na afirmação: “A educação de um jovem é, em primeiro lugar, responsabilidade dele próprio e, em segundo lugar, dos seus educadores” (COSTA; COSTA; PIMENTEL, 2001, p. 11). Ou seja, os objetivos apresentados pressupõem a ação do Estado, em parceria com a sociedade civil organizada, em busca dessa ação emancipatória e protagônica da juventude.

Tais objetivos buscaram ser traduzidos em quatro resultados finalísticos: aumentar a taxa de conclusão do ensino médio⁵; aumentar o número de jovens participantes da Aliança Social Estratégica pela juventude⁶; reduzir a taxa de homicídios entre jovens de 15 a 17 anos⁷; e aumentar a taxa de escolarização dos jovens de 15 a 17 anos.

Esses resultados, por sua vez, pretendem ser materializados pelos Projetos Estruturadores que compõem essa Área: Poupança Jovem, Minas Olímpica, Programa de Educação Permanente (PEP)⁸ e PlugMinas.

Feito esse breve resumo da Área de Protagonismo Juvenil, passa-se à descrição e análise dos Projetos, objeto desse trabalho.

⁵ Mais uma vez a interação entre as Áreas de Resultados se faz presente. A meta de aumentar a conclusão do ensino médio, bem como a qualidade desse nível de ensino, encontram-se elencadas na Área de Resultados Educação de Qualidade.

⁶ Esse conceito de Aliança Social não se concretizou. Pode-se interpretar atualmente como a ampliação da cobertura dos programas do Governo para os jovens, apesar de que no modelo de gestão por resultados esse indicador foi abandonado.

⁷ Essa meta está alinhada à Área de Defesa Social, tendo em projetos daquela área maior foco nas ações preventivas.

⁸ O PEP é parte do Projeto Ensino Médio Profissionalizante, sendo quase um nome fantasia para o Projeto Estruturador.

3 POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE EM MINAS GERAIS

A proposta dessa sessão é descrever as três principais políticas para a juventude do Governo do Estado de Minas Gerais. Para cada uma dessas políticas destaca-se seu objetivo, sua fundamentação legal, suas principais ações, além de salientar alguns dos desafios na perspectiva de sua implementação.

3.1 Poupança Jovem

O Projeto Estruturador Poupança Jovem apresenta-se como uma política emancipatória para os jovens vulneráveis, tendo como objetivo possibilitar a geração de ativos para a vida adulta dos jovens mineiros estudantes das escolas estaduais.

A ideia desse projeto surge no Plano de Governo, Pacto por Minas, do então candidato à reeleição Aécio Neves.

Dentre todas as propostas para a juventude, aquela que se apresenta mais capaz de realizar profunda mudança na realidade deste segmento social é o programa Poupança Jovem. Trata-se de efetiva “porta de saída” para o jovem vulnerabilizado (NEVES, 2006, p. 98).

Como desdobramento lógico, uma vez que o PMDI teve por premissa respeitar os compromissos do Executivo principal do Governo, esse planejamento já destacou a criação desse projeto como um dos caminhos para se alcançar os objetivos estratégicos da Área de Resultados Protagonismo Juvenil. A diretriz de “implantar a Poupança Jovem como forma de ampliar o índice de conclusão do Ensino Médio por jovens em situação de vulnerabilidade social” (MINAS GERAIS, 2007a, p.31), revela o marco lógico implícito ao projeto.

Sua introdução na ótica orçamentária ocorre quando da revisão do PPAG 2004-2007, referente ao exercício 2007, atrelado à Lei de Orçamento Anual (LOA) 2007⁹. A finalidade elencada nesse planejamento inicial foi:

Estimular o jovem em situação de risco pessoal e social entre 15 e 18 anos de idade, encaminhado preferencialmente pela rede socioassistencial do sistema único de assistência social, a adotar um comportamento de compromisso com o seu futuro, constituindo um ativo de habilidades que lhe possam ensejar verdadeira inclusão social (MINAS GERAIS, 2007b, p.112).

⁹ Rever o PPAG, anualmente, atrelado ao encaminhamento da LOA, é uma das vertentes do duplo planejamento, característica do Choque de Gestão.

O escopo simplificado desse projeto consiste no depósito de uma poupança financeira de R\$3 mil para os jovens que concluírem o Ensino Médio, respectivos à R\$1 mil para cada ano de aprovação. Para acessar esse ativo financeiro, além da condicionalidade de conclusão do Ensino Médio, ainda se faz necessário a participação nas atividades complementares ofertadas¹⁰, bem como uma conduta adequada do aluno no período¹¹.

O Projeto tem suas bases legais completada pelo Decreto n. 44.476 de 06 de março de 2007, que institui o Programa; Decreto n. 44.548 de 22 de junho de 2007, que regulamenta o Programa instituído; Decreto n. 44.696 de 02 de janeiro de 2008, que ajusta o cálculo do rendimento da poupança financeira à caderneta de poupança¹²; Decreto n. 44.839 de 19 de junho de 2008, que adéqua à idade de inserção do aluno no regulamento inicialmente instituído; e Decreto n. 44.944 de 13 de novembro de 2008, que altera os critérios para escolha dos municípios beneficiários e cria condições para operacionalizar a poupança financeira, no caso da 1ª reprovação do aluno.

A Figura 2 descreve o macro fluxo dos alunos do Poupança Jovem, na ótica dos caminhos que podem ser trilhados por esses. Os alunos fazem a adesão voluntária ao Programa no início do ano letivo do 1º ano do Ensino Médio. Aderido ao Programa, o aluno que continue na escola ao longo do ano, cumpra as atividades extras complementares¹³ e seja aprovado, receberá ao final do 1º ano um depósito em uma conta poupança no valor de R\$1 mil. Esse processo se repete, exceto pela adesão que passa a ser automática, até a finalização do 3º ano do Ensino Médio, evasão ou exclusão do aluno.

¹⁰ Atividades lúdicas e de formação pessoal, desenvolvendo valores e comportamentos junto a esse público, bem como atividades com caráter mais técnico, cursos de inglês e informática, por exemplo. Ainda são previstas atividades de formação profissional, no 3º ano do aluno no Programa.

¹¹ Considera-se uma conduta inadequada, por exemplo, usar ou portar drogas nas dependências da escola ou nos locais de realização das atividades do Programa. Todas essas condições estão impressas no Temo de Compromisso assinado pelo aluno, quando da adesão ao Programa.

¹² Essa necessidade surge com a definição do modelo de repasse dos recursos: via conta poupança no Banco Bradesco.

¹³ O Regulamento do Programa prevê excepcionalidade para a execução das atividades complementares, em situações em que o aluno trabalhe no contra-turno escolar, por exemplo.

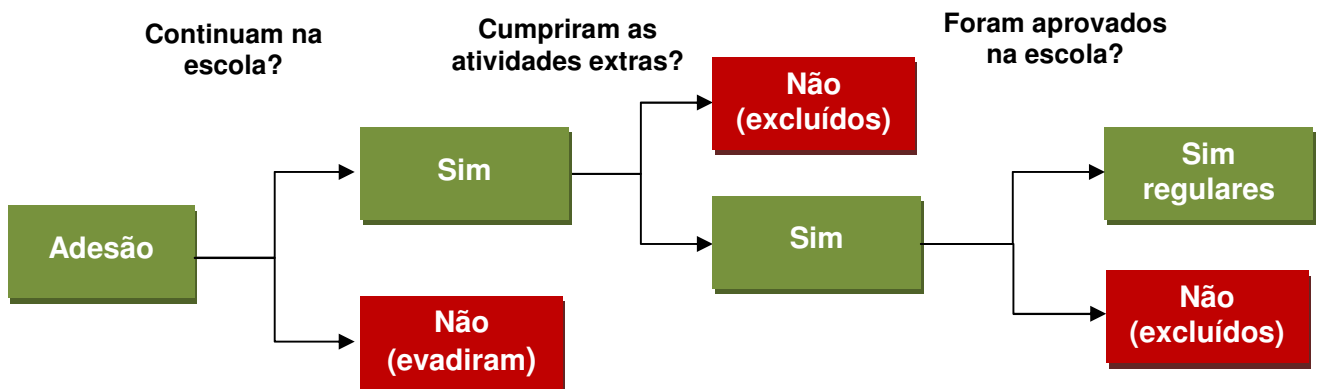


Figura 2 – Macro Fluxo dos alunos no Poupança Jovem.
Fonte: Elaboração Própria.

Ressalta-se que os alunos aderidos podem ter até uma reprovação durante sua passagem pelo Ensino Médio, sendo que nesse caso, não farão jus à poupança financeira referente a esse ano de reprovação escolar¹⁴. No caso de uma segunda reprovação escolar, o aluno será excluído do Programa. Em todos os casos de exclusão, os recursos existentes nessa poupança financeira criada para o aluno são reintegrados ao Tesouro Estadual.

Outro aspecto importante diz respeito à possibilidade de saque de até R\$100, em caso de aprovação direta do aluno, ou seja, sem necessidade de exames de recuperação. Apesar do valor sacado ser reduzido em relação à poupança do aluno, serve como estímulo, tornando mais real esse ativo potencial para o jovem concluinte do Ensino Médio.

O Programa iniciado em 2007, começou sua implementação apenas no município de Ribeirão da Neves, atendendo o conjunto de 24 escolas estaduais desse município, o que significou a adesão de 3.900 alunos que estavam no 1º ano do Ensino Médio¹⁵. Esse primeiro ano piloto em Ribeirão das Neves foi importante para o aprendizado do Programa, que teve como grande desafio estruturar essa política, colocando-a em funcionamento.

A lógica inicialmente almejada foi a de execução das atividades complementares via Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP),

¹⁴ No caso dos alunos de 1º ano que forem reprovados, esses terão os primeiros R\$1 mil depositados no ano de reprovação, devido à aspectos operacionais (não se pode abrir uma conta poupança com R\$0 depositados). Contudo esse valor será vinculado à aprovação subsequente no 1º ano requerida.

¹⁵ É importante destacar que a lógica dessa política é atender, sempre, todas as escolas estaduais dos municípios atendidos, abrindo a adesão a todos os alunos que estão no 1º ano do Ensino Médio, havendo, portanto, uma porta de entrada única no programa.

por meio de um Termo de Parceria com a SEDESE, órgão gestor do Poupança Jovem. Coube à OSCIP, realizar a adesão dos alunos e executar as atividades complementares para esses.

A experiência de Ribeirão das Neves mostrou a complexidade do Programa, melhorias quanto aos processos de adesão¹⁶ e a necessidade de execução das atividades complementares¹⁷. Além disso, ainda havia grande pressão para expansão do Programa, uma vez que a meta de atendimento para o Governo era de 50 mil alunos (NEVES, 2006, p. 99), e deveria ser alcançada até 2010.

Nesse sentido, em 2008 houve a expansão do Programa para outros três municípios: Governador Valadares, Esmeraldas e Ibirité, devido a maior vulnerabilidade social dos jovens¹⁸, um dos critérios de seleção dessas localidades. Dessa maneira, além de atender os alunos do 1º e 2º ano do Ensino Médio de Ribeirão das Neves, passou-se a atender os alunos do 1º ano do Ensino Médio dessas três novas localidades.

Ao longo de 2008 os processos de adesão e das atividades complementares aprimoraram-se e a política manteve sua execução via OSCIP¹⁹. O maior alinhamento com a SEE também foi construído, uma vez que as escolas eram parceiros essenciais nesse processo.

O segundo ano de implementação do Programa Poupança Jovem encerrou seu exercício, atendendo 12.808 alunos, já descontando os alunos evadidos e excluídos do Programa (Figura 2).

No final de 2008, houve uma redefinição do modelo de gestão desse Programa. A premissa de execução via parceria com OSCIP se revelava não condizente com a necessidade de expansão e capacidade de controle por parte da gestão do Programa. Novos municípios deveriam ser incluídos em 2009 e não

¹⁶ A adesão em 2007 ocorreu em meados do ano, havendo, portanto, certa incapacidade de contatar todos os alunos matriculados, e muitos desses já poderiam ter-se evadido. Outro grande desafio na adesão dizia respeito à ausência de documentação dos alunos, que seria necessária para a abertura das contas poupança.

¹⁷ Dado o início tardio, um número menor de atividades foi realizado, bem como a estruturação dessas atividades eram um processo ainda em construção nesse 1º ano de implementação.

¹⁸ Segundo o artigo 4º do Decreto n. 44.476 de 06 de março de 2007: baixo IDH, altas índices de criminalidade entre os jovens, e altas taxas de evasão escolar e distorção idade-série.

¹⁹ Para maior aprofundamento do marco teórico do projeto em 2007 e 2008 ver SILVA (2007).

haveria coordenação suficiente para uma política do Poupança Jovem executada por diversas OSCIPs espalhadas no Estado.

Além disso, outro aprendizado importante foi quanto aos municípios elegíveis ao Programa. O Poupança Jovem era uma política para grandes municípios, fator que alinhava o problema da vulnerabilidade do jovem, com a sua capacidade de transformação no município. Ou seja, essa política se mostrava mais apropriada àqueles municípios que possuíam equipamentos sociais mínimos que pudessem ser colocados à disposição daqueles jovens, e que, dessa maneira, seriam acessados por esses.

Com essas reflexões e aprendizados em mente, o Programa passaria a ter sua execução por meio das prefeituras, reforçando assim os elos federativos e a co-gestão na política pública²⁰. Além disso, os critérios para seleção dos municípios foram revistos, buscando selecionar municípios de maior porte para execução do Programa²¹. Uma última inovação na implementação diz respeito à integração com as escolas, via SEE. A partir de 2009, as escolas foram formalmente envolvidas no processo de adesão dos alunos, recebendo R\$50 por aluno aderido para livre utilização na sua gestão interna²².

Em 2009, além dos quatro municípios atendidos desde o ano anterior, outros quatro foram selecionados: Montes Claros, Juiz de Fora, Teófilo Otoni e Sabará. A adesão, até o presente momento²³, perfaz o contingente de 22.715 alunos, sendo a meta de 2009 atingir 29.000 alunos (Gráfico 4).

²⁰ Uma integração importante seria com a política do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que deveria ser mais atuante junto aos jovens atendidos pelo Poupança Jovem, visando sua não-evasão. Como o SUAS também está sob a gestão municipal essa nova diretriz gerou forte oportunidade de otimização da ação local.

²¹ Decreto n. 44.944 de 13 de novembro de 2008.

²² Os recursos são repassados à figura jurídica da Caixa Escolar, que segue todos os princípios legais da Lei 8.666/93.

²³ Dados de 31 de março de 2008, que ainda não contabilizam nenhuma adesão de Teófilo Otoni e adesão inicial em Sabará, Juiz de Fora e Montes Claros.

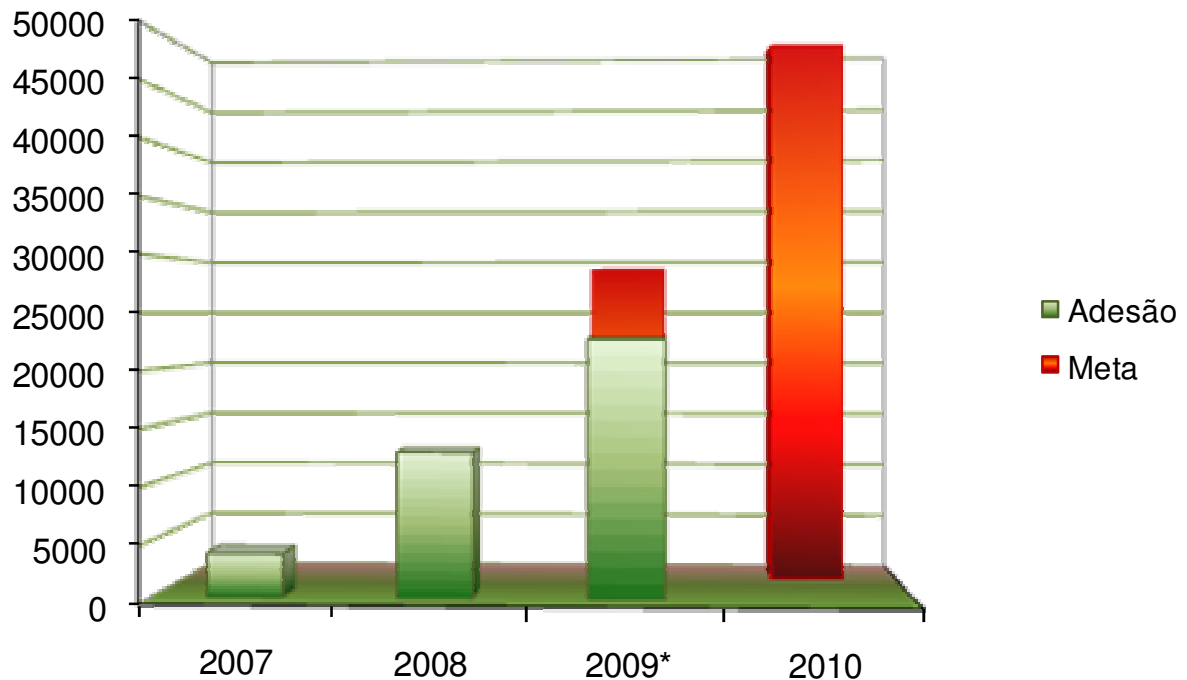


Gráfico 4 – Evolução do número de adesões do Poupança Jovem e metas de adesões – MINAS GERAIS 2007-2010.

Fonte: Programa Estado para Resultados.

(*) Nota: Dados parciais apurados até março

Em suma o desafio de implementar um programa totalmente inovador sob forte demanda de expansão é alto, uma vez que busca consolidar processos, abrindo novas frentes de trabalho. Atingir a meta de 50.000 alunos em 2010, em alguma medida foi conquistada, dado a expansão natural das novas turmas dos municípios já iniciados²⁴. Viabilizar o pleno atendimento desses alunos, integrados à política do SUAS, com a devida execução das atividades complementares pela gestão local²⁵ consiste no desafio premente.

Em 2009, a primeira turma de Ribeirão das Neves irá concluir o Poupança Jovem e a taxa de permanência do Programa (92%) sinaliza resultados promissores²⁶. Vale ressaltar por fim, que esse Programa vem estruturando um

²⁴ Faz-se importante ressaltar que, em 2009, apenas Ribeirão das Neves teve seu ciclo do Ensino Médio totalmente atendido, com turmas do 1º, 2º e 3º ano aderidas ao Poupança Jovem. Ou seja, apenas esse município chegou ao limite de expansão do atendimento para o público do Ensino Médio, alvo do programa.

²⁵ É válido ressaltar que existem duas OSCIPs apoiando a gestão local de todos os municípios. Uma na ótica de apoio à organização burocrática necessária para execução das atividades complementares e outra como suporte à gestão da informação do processo de adesão.

²⁶ Uma comparação imprecisa, porém importante é que a taxa de conclusão do Ensino Médio para o Estado de Minas Gerais em 2007 foi de 47%.

processo robusto de avaliação de impacto desde 2007²⁷, preocupando-se, portanto, em deixar um legado de informações quanto aos seus potenciais e suas dificuldades.

3.2 Programa de Educação Profissional (PEP)

Pode-se afirmar que ampliar o ensino profissionalizante é uma estratégia coerente para o aumento da conclusão do Ensino Médio, uma vez que essa modalidade de ensino apresenta-se como via alternativa ao ensino regular, mais direcionada à formação profissional, e, portanto, mais atrativa²⁸.

O PEP apresenta uma implementação mais emergente na estratégia do Governo do Estado de Minas Gerais. As bases da estratégia apontaram para a necessidade de um Ensino Médio Profissionalizante. O Plano de Governo mencionou a proposta pensando nos equipamentos públicos:

Expandir a oferta e melhorar a qualidade de educação profissional, seja pela oferta de cursos de qualificação básica para o trabalho em todas as escolas de ensino médio, seja pela ampliação de vagas ou criação de novos cursos técnicos em escolas já existentes ou em novas escolas a serem construídas (NEVES, 2006, p. 44).

O PMDI também apontou a diretriz de “ampliar a oferta e melhorar a qualidade do Ensino Profissionalizante” (MINAS GERAIS, 2007a, p.32), não definindo, contudo, o modo como essa expansão seria realizada. Surge dessa maneira, o Projeto Estruturador Ensino Médio Profissionalizante, que no PPAG 2004-2007, é apontado por meio da ação “Expansão e Melhoria da Educação Profissional” (MINAS GERAIS, 2007b, p. 78)²⁹.

O Projeto Estruturador Ensino Médio Profissionalizante, em que o PEP é a principal vertente está sob a gestão da SEE. Em meados de junho de 2007 surge a concepção inovadora de compra de vagas do setor privado, uma estratégia

²⁷ O Cedeplar/UFMG é a instituição contratada para essa avaliação. Infelizmente, devido à natureza da política social, essas avaliações possuem uma maturação lenta, de modo que resultados mais sólidos só serão viabilizados a partir de 2010.

²⁸ Essa constatação foi reforçada no Seminário “Crise de Audiência no Ensino Médio” realizado pelo Instituto Unibanco em dezembro de 2008, que apontou o ensino profissionalizante como um dos caminhos para a superação dessa denominada crise de audiência.

²⁹ Como a revisão da carteira de Projetos Estruturadores ocorre no último ano de vigência do PPAG, iniciado na gestão passada, essa transição é feita parcialmente quando da revisão desse instrumento em 2007. A incorporação definitiva da nova carteira se deu no PPAG 2008-2011.

emergente da SEE, prontamente incorporada à estratégia mineira, de comprar vagas de ensino técnico-profissional do setor privado.

O objetivo do PEP é ampliar as oportunidades de formação profissional técnica de nível médio para os alunos regularmente matriculados no ensino médio da rede estadual de ensino e para jovens de 18 a 24 anos que já concluíram esse nível de ensino.

O grande destaque no PEP consiste na rapidez de sua implementação, uma vez que passa a não depender apenas da expansão da rede estadual para essa modalidade de ensino, contando principalmente, com a capacidade ociosa instalada no setor privado, bem como de instituições públicas municipais e federais.

Em 8 de outubro de 2007 foi criada a Rede Mineira de Formação Profissional de Nível Técnico por meio do Decreto n. 44.632. Essa Rede abrange as escolas estaduais de nível técnico, as instituições privadas credenciadas e as escolas conveniadas (TAB. 1). Percebe-se que por maior que fosse o esforço de expansão da rede pública estadual, essa não conseguiria gerar a expansão no nível de cobertura e atendimento propiciado por essa conjugação de esforço público-privado.

TABELA 1 – Número de escolas e alunos matriculados na Rede Mineira de Formação Profissional – MINAS GERAIS 2008

Modo de oferta de vagas	Nº Escolas	Nº Alunos Matriculados (em mil)
Escolas Estaduais	67	8,5
Instituições Credenciadas	55	30,1
Escolas Conveniadas	8	3,8
Total – MG	130	42,4

Fonte: SEE

O modo de oferta de vagas via instituições credenciadas se deu a partir de 26 de outubro de 2007, quando da publicação do 1º edital, em que 21 mil vagas foram ofertadas, sendo 34 instituições contratadas³⁰ para suprir tal demanda. Tamanho foi o sucesso dessa iniciativa que para as 21 mil vagas disponibilizadas houveram 106 mil candidatos inscritos, que se submeteram a um exame de 20

³⁰ Todas essas instituições necessitam passar antes, por um processo de credenciamento, sendo avaliadas quanto à qualificação técnica das vagas ofertadas. A SEE define uma tabela de preços para a compra das vagas de acordo com a carga horária e tipo de curso, portanto, as instituições se candidatam para ofertar vagas de acordo com esses parâmetros pré-estabelecidos.

questões para seleção das vagas, dado a premissa de meritocracia na competição pelas vagas³¹.

As aulas provenientes desse 1º edital iniciaram no primeiro semestre de 2008, conforme planejado. Dado o sucesso do PEP, sob uma forma flexível e ágil de implementação, ainda em 2008 foi realizado um 2º edital para início das aulas no 2º semestre. Esse 2º edital, publicado em 22 de maio de 2008, ofertou 10,1 mil vagas, contratando 42 instituições para essa oferta e tendo 57 mil candidatos inscritos.

Aliar o setor público (escolas estaduais e conveniadas) ao setor privado (vagas adquiridas por meio de editais) fez com que o percentual de alunos do Ensino Médio, cursando a modalidade profissionalizante, passasse de 0,48% em 2006 para 3,27% em 2008. Ou seja, uma expansão superior a 600%.

Utilizar a capacidade instalada do setor privado, trazendo apenas a função de regulação para o Estado, consiste na fórmula do sucesso dessa política. O PEP, portanto, apresenta-se pautado por princípios alinhados à concepção de “Estado para Resultados”, tendo a qualidade do gasto e a inovação em gestão pública como premissas na forma de provisão desse serviço.

O desafio presente do PEP é monitorar e avaliar a qualidade do ensino dessas vagas adquiridas, exercendo bem o papel de regulação assumido pela SEE ao adquirir tais vagas no mercado. Além disso, destaca-se que uma avaliação de impacto desse programa se encontra em curso, visando avaliar a empregabilidade e proficiência dos alunos participantes do PEP.

3.3 PlugMinas: Centro de Formação e Experimentação Digital

O PlugMinas, se apresenta ainda em fase de implementação, reflexo da gradual concepção desse projeto. A ideia contida no Plano de Governo, refere-se à “criação de Centros de Referência de Juventude, com espaços para práticas de atividades artísticas, esportivas, culturais, de aperfeiçoamento educacional-profissional voltadas para a juventude” (NEVES, 2006, p. 94).

Essa concepção de Centro de Referência foi associada ainda à ideia de uma Aliança Social pela Juventude no PMDI, sob a premissa de que para a

³¹ O público alvo é limitado apenas aos alunos matriculados na rede estadual ou dela egressos (no caso dos já formados no Ensino Médio), assim sendo a disputa não incorre em maiores problemas de equidade.

transformação dos jovens em protagonistas sociais seria importante haver uma intensa mobilização social desses. A diretriz estratégica era, portanto, a de “implantar a Aliança Social Estratégica pelo Jovem, promovendo, por meio dos Conselhos Municipais de Juventude e de parcerias com o terceiro setor, a capacidade realizadora e a contribuição social dos jovens” (MINAS GERAIS, 2007a, p. 31)³².

Em 2007, de concreto, tinha-se, um espaço para construção do Centro de Referência (uma ampla área onde funcionava uma antiga unidade da FEBEM), e uma ideia de articulação social para o tema da juventude. Carecia-se, portanto, criar uma concepção para esse espaço. A confirmação desse menor nível de definição pode ser confirmada quando se constata que na revisão de 2007, do PPAG 2004-2007, esse projeto não foi inserido, ao contrário do que ocorreu com os dois anteriores.

A inserção desse projeto no planejamento só se deu, quando do PPAG 2008-2011, sob o título de Centro da Juventude de Minas Gerais, com o objetivo de “Criar um espaço interinstitucional de referência para os jovens que seja capaz de estimular a postura pró-ativa desses em relação ao seu futuro” (MINAS GERAIS, 2008, p. 18). Sendo que, somente em 2009, chegou-se a denominação PlugMinas, nome fantasia desse projeto.

A partir do final de 2007, esse projeto que estava sob gestão da Secretaria de Estado de Esportes e Juventude (SEEJ) começou a receber contribuições da SEC, principalmente, vislumbrando uma proposta mais ousada, no campo da cultura digital. Iniciou-se, portanto, a partir, dessa inserção da SEC, o desenho da proposta atualmente vigente, com apoio da consultoria do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (CESAR).

A partir de 2008, a ideia de aliança já havia sido desconstruída, bem como a do Centro de Referência, compromisso do Governador no seu Plano de Governo, havia sido adaptada e incrementada.

O PlugMinas, portanto, surge com a proposta de ser um *espaço para a formação, a experimentação e ao aperfeiçoamento educacional-profissional do jovem por meio da cultura digital*, atendendo jovens de 15 a 24 anos, estudantes da

³² É importante ressaltar que essa ideia ainda se configurou em um indicador finalístico, no qual dimensionava o número de jovens participantes dessa rede social.

rede estadual de ensino da RMBH³³, por meio dos Núcleos de Formação que irão compor o Centro.

Atualmente, o projeto prevê a execução de 8 Núcleos de Formação para os Jovens³⁴. Em que cada um dos Núcleos integrantes do PlugMinas oferecerá formação nas áreas de arte, esporte e tecnologia, alinhados aos códigos de ética, conduta e avaliação do Centro. A proposta, portanto, é a de criar um espaço inovador para a formação diferenciada dos jovens, que contarão com as atividades dos respectivos Núcleos, que são independentes, devendo apenas seguir os princípios definidos pelo Núcleo de Planejamento e Gestão.

A concepção desse projeto é a de execução em parceria com a Sociedade Civil organizada, em que cada um dos Núcleos fosse patrocinado e gerido por uma instituição não-governamental, regidos pelo princípio da experimentação no trabalho, na educação e na participação social, nas formas de artes, tecnologia e esportes, tendo a cultura digital como pano de fundo dessa formação. Essa parceria seria a aposta na perpetuidade desse espaço inovador para os jovens mineiros.

O Projeto encontra-se em fase de reforma do espaço físico, ação direta do Estado. Além disso são desenvolvidas atividades de estruturação do funcionamento interno do Centro, divulgação e comunicação das atividades, e captação de parceiros, ações desenvolvidas pelo Instituto Cultural Sérgio Magnani (ICSM) – OSCIP parceira na implantação desse Projeto. Vale destacar que o ICSM irá, quando do início das atividades do PlugMinas³⁵, exercer o papel do Núcleo de Planejamento e Gestão.

A meta do PlugMinas é atender cerca de 8 mil alunos por ano a partir de seus Núcleos, e para tanto, o grande desafio colocado para esse projeto é o início das atividades em 2009. Ressalta-se que para ter esse início deve-se concluir as intervenções físicas em um período de crise fiscal eminente, e adiar para 2010

³³ O espaço físico fica em Belo Horizonte, apesar de não haver nenhuma restrição legal à participação fora da RMBH, considera-se que essa será inviabilizada dado os altos custos de deslocamento.

³⁴ Em março/09 tem-se a definição de 6 Núcleos (Valores de Minas, Oi Kabum!, Amigos do Professor, Núcleo de Gestão e Empreendedorismo, LEAP e CVT). Outros 3 Núcleos estão sendo negociados.

³⁵ Os primeiros módulos, Valores de Minas e Oi Kabum! iniciarão suas atividades, nesse espaço, ainda no 2º semestre de 2009. Os demais Núcleos terão atividades a partir de 2010.

significa vivenciar dificuldades de implementação dado o ambiente político-institucional que será conturbado pelas eleições estadual e federal que se seguirá.

Feito essa descrição do processo de concepção e implementação das três políticas, objeto do presente trabalho, realiza-se na sessão seguinte uma breve análise das inteirações e desafios comum aos Projetos da Área Protagonismo Juvenil.

4 A INTER-RELAÇÃO DOS PROGRAMAS NO ESPECTRO PÚBLICO-PRIVADO

Antes de discutir a inter-relação das políticas descritas, cabe uma rápida contextualização do desafio vivenciado pela Sociedade e pelo Governo especialmente nessa questão da juventude, voltando à ótica para a sala de aula tradicional.

A SEE realiza, desde 2000, o Programa de Avaliação da Educação Básica (PROEB). O PROEB é uma avaliação sistêmica que tem por objetivo avaliar as escolas da rede pública de Minas Gerais quanto à qualidade do ensino, a partir da aplicação de testes aos alunos das séries/anos finais de cada ciclo – 5º e 9º anos do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio. Os últimos resultados para os alunos do 3º ano do Ensino Médio em Português e Matemática apontam de modo mais apurado, o real desafio enfrentado pelo Estado de Minas Gerais na Área de Protagonismo Juvenil.

Em 2008 pode-se observar certa estagnação dos índices de proficiência para os jovens do Ensino Médio da rede estadual, quando comparados aos níveis do ano de 2007³⁶. É inegável o avanço apresentado desde 2000, contudo, o desafio se faz presente visto que as metas de 2011 para o Estado são de 312 e 325 pontos na proficiência de Português e Matemática, respectivamente.

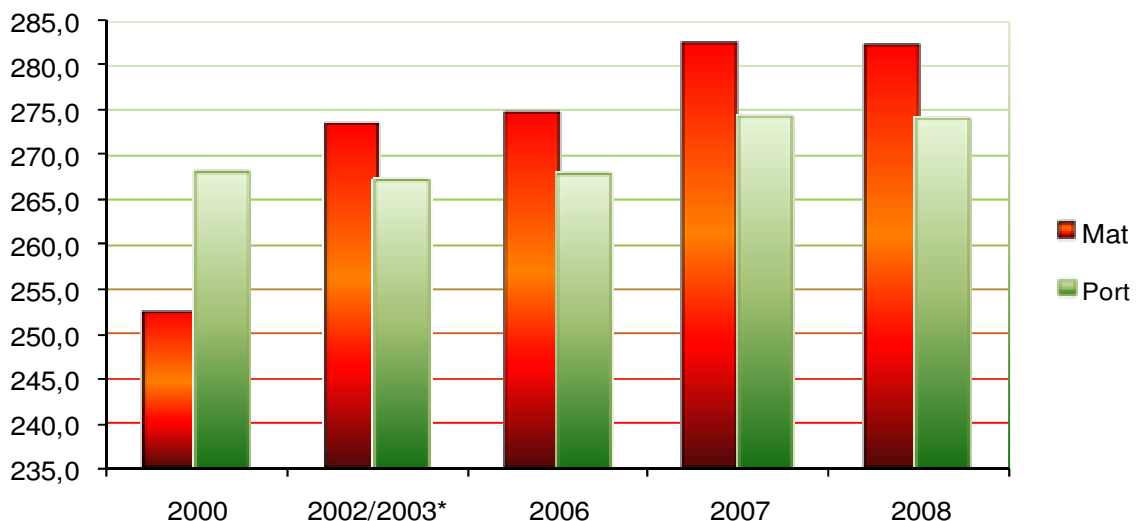


Gráfico 5 – Proficiência dos alunos do 3º ano do Ensino Médio da rede pública estadual – MINAS GERAIS 2000-2008

Fonte: SEE – Caed/UFJF

Nota (*) – Em 2002 apenas os exames de Português foram aplicados, e em 2003, apenas os de Matemática.

³⁶ Vale ressaltar que esse desafio é igual ou pior para a realidade nacional, de acordo com os resultados do SAEB, exame similar realizado pelo MEC para todo o país.

Esse desafio da qualidade do ensino enseja nova necessidade de desenvolver políticas voltadas para a juventude. Obviamente, as políticas abordadas na sessão anterior, exceto pelo PEP, não possuem um caráter direto com a prática escolar. Parte substancial desse esforço na qualidade do ensino se dará pelo melhor preparo dos alunos mais novos, alfabetizando no tempo certo, por exemplo. Porém, políticas que valorizem a permanência do aluno na sala de aula, dando a isso algum incentivo e sentido prático ao jovem, podem auxiliar na transformação dessa realidade.

Todos os programas descritos ainda não geraram seus efeitos nessa proficiência do ensino, uma vez que os alunos ingressantes no Poupança Jovem estão somente esse ano (2009) no 3º ano, igualmente aos alunos do PEP. Nesse sentido, resultados potenciais são esperados dessas intervenções, por mais marginais que sejam os impactos aferidos³⁷. Contudo, ter esse desafio em mente reforça a necessidade de trabalho integrado das políticas públicas, bem como ampliação das parcerias e dos modelos de execução, em busca de soluções efetivas aos problemas enfrentados.

O PEP apresenta-se como modelo pró-mercado, uma vez que o Governo compra as vagas do setor privado, distribuindo-as para seu público-alvo. O Setor Público, dessa maneira, foca seus recursos na tarefa de regular e cobrar bom aprendizado dos seus alunos. O Poupança Jovem, na mão oposta é uma política tipicamente governamental, pois atua em parceria com as Prefeituras para fornecer um conjunto de atividades complementares à formação tradicional dos alunos da rede estadual, além de ofertar um incentivo financeiro aos alunos para a conclusão do Ensino Médio. Já o PlugMinas atua em parceria com instituições do terceiro setor em busca de tecnologias alternativas na formação dos jovens com foco no maior diálogo e entendimento desse aluno do século XXI.

O Poupança Jovem irá se utilizar das vagas do PEP, tendo prioridade de acesso a seus alunos nessas vagas de ensino profissionalizante como atividade complementar para os alunos de 2º e 3º ano, respeitado o critério de meritocracia.

³⁷ Sabe-se da complexidade do fenômeno social inerente às políticas públicas, e de modo a agravar, espera-se maior retenção dos alunos no Ensino Médio, aumentando seus índices de conclusão. Isto posto, aumenta a pressão pela qualidade do sistema, que tem de lidar com alunos que potencialmente abandonariam as salas de aula.

Da mesma maneira, o PlugMinas será um espaço disponível para ações integradas aos alunos do Poupança Jovem.

Essas inter-relações poderão viabilizar resultados ainda mais substanciais, dado a interação das soluções viabilizadas por cada política às dificuldades enfrentadas pelos jovens na construção de um futuro melhor para suas vidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentada a estratégia do Governo do Estado de Minas Gerais para a transformação da realidade pela e para a juventude, buscou-se reconstruir o processo de implementação das políticas públicas Poupança Jovem, Programa de Educação Profissional (PEP) e PlugMinas. Além de remontar as origens da concepção dos três projetos, os desafios presentes para cada uma delas foram apresentados.

Por fim, apresentado o desafio do aumento da qualidade do Ensino Médio a perspectiva dos diferentes arranjos estruturados pelas políticas mineiras foi colocada como caminhos possíveis para essa superação, principalmente, se conseguirem uma ação coordenada.

Ressalta-se mais uma vez que a avaliação é um passo fundamental do ciclo de políticas públicas, e este estará presente em maior ou menor medida em todos os projetos descritos. Seguindo a diretriz de um “Estado para Resultados” aponta-se o futuro almejado, monitorando a ação presente para as necessárias correções de rumos no processo de implementação. O caminho está trilhado, ter informações sistematizadas esclarecem os problemas e permitem o surgimento das soluções.

Esse artigo consiste, portanto, no passo de construção e registro dessas políticas para a juventude em Minas Gerais. Trabalhos subseqüentes deverão buscar avaliar tais iniciativas quanto à aderência das ações e resultados obtidos aos objetivos estratégicos almejados, e nesse sentido, ter maiores informações do processo de construção e implementação torna-se essencial.

6 REFERÊNCIAS

COSTA, A. C. G. da; COSTA, A. C. G. da; PIMENTEL, A. de P. G. **Educação de vida**: um guia para o adolescente. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

MINAS GERAIS. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2007-2023**. Belo Horizonte, 2007a.

_____. **Plano Plurianual de Ação Governamental 2004-2007**. Belo Horizonte, 2007b.

_____. **Plano Plurianual de Ação Governamental 2008-2011**. Belo Horizonte, 2008.

NEVES, A. **Programa de Governo 2007/2010**: pacto por Minas: estratégias para o desenvolvimento social. Belo Horizonte, 2006.

SILVA, G. C. L. **Políticas públicas voltadas para a inclusão econômica e social de jovens em situação de vulnerabilidade**: análise do Programa Poupança Jovem em Minas Gerais. 2007. 93 p. Monografia (Graduação em Administração Pública) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2007.

AUTORIA

Eder Sá Alves Campos – economista pela PUC-MG e administrador público pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. É funcionário da Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado de Minas Gerais, na carreira de Especialista de Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG). Atualmente ocupa o cargo de Empreendedor Público, apoiando o desenvolvimento do Programa Estado para Resultados.

Endereço eletrônico: eder.campos@planejamento.mg.gov.br

Tadeu Barreto Guimarães – economista pela PUC-MG, funcionário de carreira do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), atualmente ocupa a posição de Coordenador Executivo do Programa Estado para Resultados do Governo do Estado de Minas Gerais. Ocupou o cargo de Subsecretário de Planejamento e Orçamento de 2003 a 2007, sendo responsável pela elaboração do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2007-2023.

Endereço eletrônico: tadeu.barreto@planejamento.mg.gov.br